



## O DESENVOLVIMENTISMO NEOLIBERAL DE SÃO LUÍS: discurso e realidade

Jadeylson Ferreira Moreira<sup>1</sup>

### RESUMO

O trabalho problematiza as relações entre os grandes empreendimentos na Ilha do Maranhão, ligados ao setor minero-exportador, e as políticas neoliberais. Nesse contexto, o objetivo central desse trabalho é identificar as conexões que foram construídas entre o avanço do capital privado e a expansão das obras de infraestrutura patrocinadas pelo Estado brasileiro. Pretende-se apresentar os desdobramentos dos projetos, visando evidenciar de que forma essas obras reproduzem as antigas relações econômicas e perpetuam as precárias condições sociais das populações pobres de São Luís.

**Palavras - chaves:** Neodesenvolvimentismo, Porto do Itaqui, Neoliberalismo.

### ABSTRACT

The paper discusses the relationships between large enterprises on the island of Maranhão, linked to mineral-exporting sector, and neoliberal policies. In this context, the main objective of this work is to identify the connections that were built among the advancement of private capital and the expansion of infrastructure projects sponsored by the Brazilian State. It is intended to present the developments of projects in order to show how these works reproduce the old economic relations and perpetuate the precarious social conditions of the poor of São Luís.

**Keywords:** New development, Port of Itaqui, Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão – UFMA.  
[jadeylson-lelys@hotmail.com](mailto:jadeylson-lelys@hotmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa “O desenvolvimentismo neoliberal de São Luis: discurso e realidade” iniciou-se com a observação das contradições entre o atual discurso de “desenvolvimento”, supostamente promovido pelos grandes empreendimentos empresariais, e as visíveis condições de precariedade econômico-sociais da cidade. Trata-se de empreendimentos ligados ao setor minero-exportador e portuário, mas essencialmente ligados à produção e consumo de energia elétrica que se tornou uma das questões centrais desta pesquisa, pelos efeitos localmente observáveis.

Considerando que a dinâmica do atual “desenvolvimento” local também é definida nos níveis regional, nacional e internacional, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar o caráter “neoliberal” da atual política de desenvolvimento, definida como “neodesenvolvimentista”. Especificamente, buscou-se verificar o processo de sua implementação no Complexo Portuário do Maranhão, avaliando as implicações da construção da Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui.

A consideração da articulação do processo de reestruturação produtiva do capital nos âmbitos nacional, regional e local, permitiu considerar a hipótese de que, se o plano "neodesenvolvimentista" promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) visa aos interesses do capital privado, então as obras no Porto de Itaqui promoverão os lucros planejados pela empresa MPX, mas não cumprirá o prometido desenvolvimento social, como já se pode observar na atual fase de implantação do projeto.

Confrontando o discurso com a realidade, foi possível verificar que o Estado assumiu seu papel de mediador e financiador dos projetos minérios-metalúrgicos no Maranhão, como o Porto do Itaqui, com o financiamento e o apoio logístico do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além da Companhia Vale do Rio Doce e da MPX que se instalou em São Luís com o objetivo de explorar o Complexo Portuário do Maranhão. Para alimentar as atividades minero-exportadoras constrói a poluidora (a carvão) Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui, provocando o deslocamento das famílias da antiga vila Madureira para o Residencial Nova Canaã. Essa reconfiguração territorial favorece o uso privado dos espaços em detrimento dos interesses públicos e sociais. As consequências, já



observadas, reproduzem a velha exploração da força de trabalho barata e assegura o crescimento dos “livres lucros” privados.

## 2 O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO

A eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, em 1994, pode ser considerada um marco para a consolidação do neoliberalismo no Brasil. O “pai do Plano Real” assumiu em Janeiro de 1995, declarando sua disposição de atender às políticas econômicas proposta pelo Consenso - especialmente com medidas para quebrar o monopólio do Estado em setores essenciais como petróleo, gás natural, energia e telecomunicações.

Fernando Henrique Cardoso deu início às privatizações das estatais brasileiras, como um processo complementar ao Plano Real. Ao dar prosseguimento à essa política, FHC realmente atendia às exigências do receituário do Consenso: os países latino-americanos poderiam se integrar à “globalização” dos mercados, através da abertura econômica para o capital privado.

A instauração da Lei de Concessões Públicas (8.987/95) permitiu ao setor privado (nacional e internacional) a exploração do setor bancário, de telecomunicações (TELEBRÁS), de geração e distribuição de energia elétrica (ELETROBRÁS, PETROBRÁS) e também do abastecimento de água. Estavam abertos os negócios da “primeira geração” neoliberal no Brasil. A privatização do setor elétrico brasileiro foi considerada o “negócio do século”, inaugurando os negócios privados nas concessões públicas de energia elétrica, até o final do primeiro mandato de FHC.

As reformas institucionais para a liberalização da economia definiram os governos (1995-2002) de Cardoso que, substituindo a expressão “neoliberal” por “social-democracia” (CARCANHOLO, 2002: 32), executou as reformas políticas já experimentadas pelo Chile, Argentina e México: desestatização, desnacionalização, desregulamentação das leis trabalhistas, privatização de setores estatais, abertura de reservas de mercado, ajustes fiscais, cortes de gastos públicos. O ministro da Reforma do Estado, que elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira, preferiu substituir a expressão neoliberalismo por “social-liberalismo”.



Contudo, ao se observar as Três Dimensões do Plano Diretor (1995), encontram-se unicamente as diretrizes neoliberais:

**1ª Dimensão:** Permitirá mudanças estruturais no funcionamento do aparelho do Estado, já que pressupõe a eliminação dos principais entraves no sistema jurídico-legal;

**2ª Dimensão:** viabilizará a operacionalização da chamada cultura gerencial centrada em resultados através da efetiva parceria com a sociedade e da cooperação entre administradores e funcionários;

**3ª Dimensão:** possibilitará concretizar novas práticas gerenciais e assim obter avanços significativos, ainda que os constrangimentos legais não sejam totalmente removidos.

A reestruturação do Estado brasileiro a favor do mercado estava consolidada pela força e determinação política do Estado. Mesmo assim, em um de seus discursos, Cardoso criticou veementemente o estatismo: “desestatização e desregulamentação (...) são passos necessários na direção de uma verdadeira democracia econômica, que oriente a proteção do Estado para aqueles que efetivamente necessitam dela: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os mais pobres e os excluídos (BRASIL, 15/01/1995)<sup>2</sup>.

Essa nova fase de desenvolvimento capitalista, iniciada e esgotada por Fernando Henrique Cardoso, foi reorganizada e revitalizada pelo programa de crescimento sustentável dos governos Lula (2003-2010). Percebe-se que a promessa de criação de novos postos de emprego e distribuição de renda não acertou o passo com o passado de lutas sociais, sindicais e de esquerda de Lula.

Se a criação de empregos fazia parte da agenda de governo Lula, a consolidação do neoliberalismo, iniciada com Collor e desenvolvido por FHC também seria mantida pelo governo do PT seguindo a lógica de acumulação do capital - como afirma Ricardo Antunes (2005), no sugestivo: *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*.

Os reajustes foram realizados somente com base no cálculo mínimo, mas o avanço da política de mercado ganhou força com a cooptação de segmentos ligados à classe trabalhadora: sindicatos e partidos. As perdas salariais continuaram a ocorrer, contribuindo ainda mais para o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora. A violência

---

<sup>2</sup> Informação extraída do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995.



no campo continuou a crescer com os avanços dos acordos estabelecidos com os grandes empreendimentos que se instalaram no interior do país.

### 3 O NEODESENVOLVIMENTISMO MARANHENSE E SUA EXPRESSÃO NO PORTO DO ITAQUI

A compreensão do atual política neodesenvolvimentista<sup>3</sup> dos grandes projetos no Maranhão<sup>4</sup>, inseridos no plano nacional “neodesenvolvimentista” (neoliberal), requer uma breve observação histórica dos projetos e empreendimentos que firmaram a reestruturação produtiva do Maranhão, nos moldes neoliberais, e redefiniram sua posição frente ao capital nacional e internacional.

#### 3.1 O Complexo Portuário do Maranhão

Dada a sua localização territorial e sua abrangência no Mercado nacional e internacional, o complexo Portuário do Estado do Maranhão destaca-se pela rede de operação que comporta, e por ser conhecido como um dos maiores terminais de águas profundas. Essa instalação ganhou notoriedade com a chegada do grande capital das empresas a São Luis, como o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)<sup>5</sup>. A área de influência do Complexo abrange os

---

<sup>3</sup> Historicamente, a expressão *neodesenvolvimentismo* já foi utilizada diversas vezes. No Brasil, pode ser associado ao modelo econômico nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas; ao desenvolvimentismo do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; às próprias reformas neoliberais ou às “pós-neoliberais”. Enfoques sobre o desenvolvimentismo, a teoria da dependência, o endogenismo, o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo foram encontradas em *O pensamento latino-americano e o sistema mundial* (Martins, 2006). Neste trabalho, para evitar a redundância “novo desenvolvimentismo” (neodesenvolvimentismo), a expressão será utilizada para caracterizar o atual programa de desenvolvimento, ligado às chamadas reformas de “segunda geração” neoliberal que incluem a justificativa socialmente sustentável para o financiamentos dos grandes empreendimentos econômicos.

<sup>4</sup> Durante o chamado período do “milagre econômico” brasileiro, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) promoveu os grandes projetos: VALESUL (pró-álcool, energia nuclear, petróleo, ferrovia, pólo petroquímico, papel celulose, siderurgia e metais não ferrosos); ALUNORTE, ALBRÁS E CARAJÁS (mineração) (BARBOSA, 2006).

<sup>5</sup> Também conhecida por Vale, que é o nome fantasia da empresa, adotado em 2007.



Estados do Maranhão e Tocantins, Sudoeste do Pará, Norte de Goiás e Nordeste de Mato Grosso.

Atualmente, o porto está integrado à política de modernização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Eixo Transportes. As obras para esse terminal compreendem: a dragagem dos Berços 100 a 103; construção do Berço 100<sup>6</sup>, alargamento do Cais Sul e ampliação do porto; recuperação dos Berços 101 e 102 e construção do Berço 108<sup>7</sup> (PAC Relatório Maranhão, 10º Balanço, Janeiro a Abril de 2010).

### 3.2 A usina termelétrica Porto do Itaqui

A UTE Porto do Itaqui é uma usina de geração de energia térmica com a capacidade de 360 MW, com vida útil de 25 a 30 anos e iniciará suas operações no primeiro semestre de 2012.

Vale destacar que a UTE Porto do Itaqui é uma das obras que integram a infraestrutura elétrica<sup>8</sup> do PAC, no Estado do Maranhão.

Localizada à altura da BR 135, na área onde anteriormente estava a comunidade de Vila Madureira, a UTE Porto do Itaqui ocupa um terreno de 50.000 m<sup>2</sup>. Destacou-se que o local foi escolhido devido à proximidade com o Porto, o que tornaria o transporte do carvão até o empreendimento mais rápido (PEREIRA, 2010: 36). Observando esses detalhes, é possível destacar que a entrada do capital privado nos negócios de geração e transmissão de energia no Estado do Maranhão estava condicionada aos recursos ofertados pela velha aliança Estado-capital privado (nacional e internacional).

O investimento do PAC previsto para as instalações entre os anos de 2007 e 2010 eram de R\$ 1.107,6 milhões e, após o prazo final, a quantia seria de R\$ 72,6 milhões (PAC Relatório Maranhão, 10º Balanço, Janeiro a Abril de 2010: 11). Em contrapartida, a MPX

<sup>6</sup> Previsto para entrar em operação em Maio de 2012.

<sup>7</sup> De acordo com informações da EMAP, o edital de licitação para a construção do Berço 108 do Porto do Itaqui foi lançado em 28 de Dezembro de 2011- com licitação marcada para o dia 3 de Fevereiro de 2012.

<sup>8</sup> Além da UTE Porto do Itaqui, estão previstas a construção de mais duas UTEs, alimentadas a óleo, nos municípios de Olinda Nova e Tocantinópolis; uma refinaria (Refinaria Premium I); quatro Linhas de Transmissão (Açailândia – Presidente Dutra, Presidente Dutra – Miranda II, São Luis II – São Luis III, São Luis II – São Luis III C2) e uma Subestação de Transmissão de energia elétrica em Miranda (Miranda II).



informou, em seu *site*, que os investimentos próprios em 2009 foram de R\$ 630 milhões, e os previstos para os anos de 2010 e 2011 alcançaram a quantia de 1, 07 bilhão de Reais<sup>9</sup>.

Mas o que a MPX não publica em seus comunicados é a proximidade e os impactos sócio-ambientais que provocou (e continuará a provocar) às comunidades do entorno ao empreendimento, como: a RESEX de Tauá-Mirim cuja área proposta abrange os povoados de Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim; engloba também parte da Vila Maranhão e a ilha de Tauá-Mirim, onde estão localizados os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água na Baía de São Marcos, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km (SANT'ANA; PEREIRA; ALVES; PEREIRA, A 2010: 24).

Apesar das promessas de empregos, desenvolvimento regional e “carvão limpo”, os impactos não são considerados no avanço das instalações. A maioria das pessoas não consegue ser absorvida como força de trabalho assalariada, por ser considerada desqualificada para exercer as tarefas necessárias para o funcionamento da nova dinâmica territorial e industrial no Estado do Maranhão. Assim, passam a compor um verdadeiro “exército industrial de reserva”, ou seja, um contingente de força de trabalho que excede as necessidades da produção e, por isso, contribui para manter os baixos índices salariais (MARX, 1988).

#### 4. CONCLUSÃO

A observação de que os atuais programas governamentais de desenvolvimento (nacional, regional ou local) resultam sempre na precarização das condições sociais e humanas, conduziu esta pesquisa à verificação do atual processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, definido como neoliberal. Verificou-se que, a partir da década de 1970, as orientações internacionais determinavam uma maior abertura das economias nacionais, para atender à necessidade expansão dos lucros empresariais e do mercado financeiro. Na América Latina, as orientações do chamado Consenso de Washington (1989)

---

<sup>9</sup>Informações retiradas da página da MPX Itaqui na internet: <http://www.mpxitaqui.com.br/index.php/br/cproj/conheprojeto>, consultado em 25/01/2012.



determinavam políticas de abertura das reservas de mercado, via medidas institucionais de desestatização, desnacionalização e privatização das empresas estatais.

No início do ano 2000, o processo de abertura neoliberal mundial também se esgotava, com o colapso financeiro mundial, atingindo principalmente os países subdesenvolvidos. Por decisão internacional da ONU, a saída para a crise seriam as reformas neoliberais de “segunda geração”, com a abertura das reservas de mercado, mas com um viés de preocupação com as questões sociais definidas como “Metas do Milênio”.

Novas políticas neoliberais (segunda geração) foram desenvolvidas nos governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003/2006; 2007/2010), definidas como “neodesenvolvimentistas”. As diretrizes dessas políticas, oficializadas no PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), em 2007, cumprem as determinações do capitalismo internacional. Os empréstimos concedidos pelo BNDES financiaram novos negócios no setor elétrico, sem qualquer redução das diferenças sociais, prometida pela “nova ordem mundial”.

No Maranhão, as políticas de “desenvolvimento” para o setor elétrico são bem visíveis, principalmente no setor de exploração minero-exportador, pois a nova fase de acumulação capitalista manteve a exploração dos recursos naturais, geográficos e humanos. Dentre os principais empreendimentos no Maranhão, pode-se destacar a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) e mais recentemente a ascensão da MPX, empresa responsável pela instalação da UTE Porto do Itaqui.

Os problemas da reestruturação neoliberal em São Luís não se esgotaram nesta pesquisa, que se apresenta como um trabalho científico crítico, considerando que este seja um passo inicial, mas fundamental, para o entendimento e formulação de possíveis ações concretas de transformação dessa realidade.

## 5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.





BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do Capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In: **Neoliberalismo: A tragédia de nosso tempo**, 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I, Tomo III**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PAC Relatório Maranhão, 10º Balanço, Janeiro a Abril de 2010, p. 6. Disponível em: [www.brasil.gov.br/pac](http://www.brasil.gov.br/pac). Acesso em: 21/01/2012.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais em São Luis-MA: o caso da instalação de uma usina termelétrica**. São Luís: Curso de Serviço Social- UFMA, 2010. Monografia de graduação.

SANT' ANA JUNIOR, Horácio A; PEREIRA, Madian de Jesus F; ALVES, Elio de Jesus P; PEREIRA, Carla Regina A. A Resex de Tauá-Mirim, Grandes Projetos de Desenvolvimento e a Resistência Socioambiental: introduzindo o debate. In: **Ecos dos Conflitos Socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. 2009.